

## Propostas do Fórum das Seis às audiências públicas da LDO 2017

Nós, servidores técnico-administrativos da Unesp, nos dirigimos aos senhores presentes nesta audiência pública, que tem o objetivo de discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do estado de São Paulo para 2017, com o objetivo de chamar a atenção para o que segue.

É bem conhecida a importância das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelas universidades públicas no Brasil. Na ausência delas, o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural estaria bastante comprometido. As três universidades estaduais são responsáveis por cerca de metade da pesquisa científica realizada no país. Além disso, formam na graduação e na pós-graduação, pessoas qualificadas em todas as áreas de conhecimento, tanto para o magistério como para o exercício profissional em geral, outra contribuição inestimável das três universidades estaduais à sociedade paulista e brasileira.

O Fórum das Seis, que reúne as entidades representativas de servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza (Ceeteps), defende a necessidade de mudanças na proposta de LDO-2017 encaminhada pelo Executivo à Assembleia Legislativa de São Paulo. As propostas são as seguintes:

### 1) Para as universidades estaduais paulistas

Considerando a enorme expansão de *campi*, cursos e vagas nas universidades estaduais paulistas nos últimos anos, sem que houvesse qualquer alteração no percentual de repasse, que é de 9,57% do ICMS-Quota parte do Estado (ICMS-QPE) desde 1995, o Fórum das Seis propõe, no mínimo, 10% da QPE do Estado do total do produto do ICMS. Vale lembrar que o Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas) também está defendendo a necessidade do aumento de recursos para, no mínimo, 9,907% da QPE do Estado do total do produto do ICMS. O quadro abaixo mostra a contradição entre o crescimento das universidades e o número de servidores docentes e técnico-administrativos.

Universidades estaduais paulistas: indicadores de 1995 a 2015

	UNESP			UNICAMP			USP		
	1995	2015	Variação	1995	2015	Variação	1995	2015	Variação
Docentes	3.497	3.826	9,4%	2.259	1.867	-17,4%	5.056	5.982	18,3%
Técnico-administrativos	7.918	6.782	-14,3%	8.681	8.404	-3,2%	15.105	15.467	2,4%
Cursos de graduação	80	155	93,8%	44	66	50,0%	132	279	111,4%
Vagas em graduação / Vestibular	4.311	7.620	76,8%	1.990	3.320	66,8%	6.902	11.057	60,2%
Alunos matriculados / graduação	19.618	38.659	97,1%	9.992	19.001	90,2%	33.479	58.828	75,7%
Cursos de pós-graduação	125	255	104,0%	85	145	70,6%	476	672	41,2%
. Mestrado	71	143	101,4%	46	75	63,0%	257	351	36,6%
. Doutorado	54	112	107,4%	39	70	79,5%	219	321	46,6%
Alunos matriculados / pós-graduação	6.824	17.923	162,6%	8.771	15.651	78,4%	19.683	36.819	87,1%
. Mestrado	3.395	7.212	112,4%	3.830	5.327	39,1%	8.024	13.981	74,2%
. Doutorado	1.382	6.329	358,0%	2.996	6.359	112,2%	6.060	16.003	164,1%
. Especiais	2.047	4.382	114,1%	1.945	3.965	103,9%	5.599	6.835	22,1%
Títulos outorgados (total)	581	3.145	441,3%	1.044	2.341	124,2%	2.643	6.682	152,8%
. Mestrado	433	2.020	366,5%	724	1.348	86,2%	1.584	3.743	136,3%
. Doutorado	148	1.125	660,1%	320	993	201,3%	1.059	2.939	177,5%

Um detalhe importante: No processo de cálculo dos atuais 9,57% do ICMS-Quota parte do Estado (ICMS-QPE), o governo tem feito descontos que consideramos indevidos. Além do desconto irregular do montante de recursos destinados aos programas habitacionais do estado, a Secretaria da Fazenda deixa de incluir um grande número de alíneas da arrecadação, associadas aos juros de mora e da dívida ativa. Importante frisar que nenhum destes descontos é realizado no cálculo do ICMS destinados aos municípios paulistas.

Que nossa posição fique absolutamente clara: consideramos todos os investimentos ligados aos direitos sociais essenciais da população, Saúde, Educação, Habitação, Previdência, entre outros, como obrigações do Estado. Entretanto, insurgimo-nos contra a subtração de recursos do financiamento de uma destas obrigações do Estado para sustentar outra delas, como por exemplo retirar recursos da Educação Superior Pública para financiar os programas habitacionais públicos.

Com estas manobras, o governo deixou de repassar para as universidades estaduais paulistas, somente nos anos de 2014 e 2015, cerca de R\$ 600 milhões.

Há tempos o Fórum das Seis vem denunciando este estado de coisas. Ou seja, queremos que a Educação Pública Estadual seja tratada como os municípios paulistas.

## **2) Em relação aos recursos destinados ao Centro Paula Souza**

O valor do orçamento do Centro Paula Souza (Ceeteps), responsável pelas escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs), depende todos os anos da boa vontade do governador. Como o Ceeteps não tem dotação fixa, como acontece com as universidades, cabe ao governador decidir o quanto será investido nesta instituição no ano seguinte.

O Fórum das Seis defende que o Ceeteps tenha dotação orçamentária fixa de 3,3% do total do produto da arrecadação do ICMS – Quota Parte do Estado.

## **3) Em relação à Educação Pública em geral**

O Fórum das Seis defende que o Estado aplique, em 2017, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, no mínimo 33% do total do produto da receita resultante de impostos, incluindo os recursos provenientes de transferências. Neste percentual, já se inserem os recursos para as universidades estaduais públicas e o Centro Paula Souza.

***Esperamos que os presentes nesta audiência pública referendem estas reivindicações da comunidade das universidades estaduais paulistas, fazendo com que sejam aprovadas na LDO 2017.  
É a sobrevivência da educação pública em nosso estado que está em jogo!***